

CONCAM MATÃO

Ata 20. Quinta Reunião Ordinária do ano de 2018 do Conselho de Câmpus do IFSP Matão.

Aos vinte de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e dez minutos, no auditório do Câmpus Matão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, situado à Rua Stéfano D'avassi, seiscentos e vinte e cinco, Nova Cidade, Matão/SP, realizou-se a **quinta** reunião ordinária do ano de dois mil e dezoito do CONCAM IFSP Matão, aberta ao público e sob a condução do presidente do colegiado, com efeito da publicidade da convocação do dia seis de setembro. Contando com a presença dos(as) membros(as) Alexandra Filipak, Denivaldo Aparecido Garavello, Felipe Batistella Filho, Fernando Brandão de Oliveira, Gilson Roberto Fortunato, Jakeline Andressa Vituci Santos, Marcela Picolo Mendes, Miguel Sabat, Patricia Olsen de Souza, Yuri Farias Tejo de Araujo, do secretário Marcos Gabriel Bassoli e também do Presidente do colegiado, o Diretor-Geral Christiann Davis Tosta. No início da reunião, com relação à aprovação da pauta do dia, houve votação unânime para inclusão referente à revisão do regimento do CONCAM Matão e também nove votos favoráveis e uma abstenção para inclusão de pauta sobre cachorros no campus. Quanto à **aprovação das atas anteriores**, relativas à terceira e quarta reunião deste ano, os textos enviados previamente por email foram aprovados por unanimidade e sem ressalvas. Dando continuidade à reunião, o conselheiro Denivaldo, também presidente da comissão local do **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, apresentou ao colegiado breve resumo dos trabalhos realizados pela comissão local, em especial a realização de duas audiências públicas que nutriram discussões sobre a possível ampliação e atualização do plano de oferta de cursos e vagas da unidade, relatando que nenhuma das propostas recebidas fora deferida nas respectivas audiências, sendo necessário, então, que o Conselho de Campus deliberasse sobre a ratificação dos trabalhos realizados para satisfazer a sequência de trâmites necessários ao PDI. Gilson problematizou sobre o fato dos alunos não terem amplo entendimento sobre os trabalhos do PDI e propostas apresentadas, sugerindo que a comissão pudesse melhorar os esclarecimentos do assunto junto à comunidade discente, além disso, solicitou que ao menos os estudantes pudessem ser liberados de suas aulas para participarem das reuniões. Alexandra entende que a metodologia utilizada de audiências públicas atingiu seus objetivos de conscientização ao público sobre as propostas, público este contabilizado em cento e trinta e nove presentes, posicionando-se a favor da ratificação dos trabalhos. Analisando a questão, Denivaldo comentou que o espaço para as discussões pode ter sido curto em questão de tempo, e sugeriu que fosse implementado no campus uma cultura de planejamento, e que já a partir de dois mil e vinte e um, pudesse o próprio câmpus iniciar discussões sobre o próximo ciclo do PDI, válido a partir do ano de dois mil e vinte e quatro. Assim sendo, em votação, sete conselheiros foram favoráveis à ratificação dos trabalhos da comissão local e três se abstiveram de votar. O próximo ponto a ser discutido foi referente ao **Regulamento de Filmagem e Monitoramento por Câmeras**, que consistiria na introdução de câmeras em pontos estratégicos do campus e sua política de uso. O presidente do colegiado ilustrou situações em que o monitoramento seria importante, salientado caso específico da Biblioteca em que além da gravação de imagens, a própria captação de áudio junto aos vídeos, por mais problemática que fosse, seria necessária, reiterando que a questão envolve uma série de controvérsias, tais como a invasão do espaço de salas de aula e laboratórios, o acesso a esses dados, tornar facultativo a cada setor a decisão sobre captação de áudio, entre outras. Miguel cogitou sobre a existência de outros regulamentos para que o campus pudesse se espelhar. Alexandra mostrou-se favorável à criação de um Grupo de Trabalho (GT) para revisão e elaboração das normas. Jakeline pontuou sobre a existência da ferramenta eletrônica 'delibera.mto' para discussões relacionadas a revisão da norma. Gil questionou sobre o embasamento jurídico das questões, sugerindo a submissão do assunto à procuradoria, bem como gerar um relatório de registros de acesso aos conteúdos gravados. Yuri reiterou que a questão do áudio deveria ser muito bem trabalhada. Assim sendo, foi sugerido ao colegiado a criação de um grupo de trabalho que pudesse relatar o andamento da questão até a próxima reunião e concluir seus trabalhos até a última reunião do ano. Por unanimidade o conselho aprovou a criação do GT, sendo designados(as) Fernando, Gilson e Jakeline para composição do respectivo grupo. Na sequência, a primeira Diretora-Geral do Câmpus Matão, Profa. Dra. Claudia Regina Cançado Sgorlon Tininis, foi convidada para o recebimento de uma **Moção de Honra ao Mérito**, em reconhecimento ao exímio trabalho prestado em prol da instituição, envolvendo sua gênese e implantação, resultando em benefícios para toda a comunidade. Jakeline também endossou a comemoração lembrando suas experiências junto à diretora em seus primeiros dias de IFSP Matão. A professora

evidenciou imensa alegria relembando a trajetória vivida até então, demonstrando muito orgulho ao verificar o sucesso que tantas dificuldades e lutas geraram, comentando sobre a formação do campus, a composição inicial de apenas três servidores, a primeira matrícula numa mesa emprestada da Prefeitura, a primeira aluna matriculada, Kamili Oliveira Santana, hoje servidora efetiva do IFSP Pirituba, pronunciando finalmente que todo o esforço valeu a pena, recebendo uma salva de palmas dos presentes. A próxima questão apresentada foi referente ao **afastamento para qualificação** (doutorado) da servidora Sharon Flores, o presidente do colegiado comentou que o setor de origem da servidora se comprometeu em absorver a demanda resultante de sua ausência e que o projeto de Sharon recebeu muitos elogios, pautando-se como um aplicativo de acompanhamento de egressos do IFSP, sendo este aprovado na SETEC entre diversos projetos de todo o país, recebendo treinamentos em Brasília e um período de interação na Alemanha e confluindo no atendimento de uma demanda que o IFSP estaria pendente, demonstrando também o interesse da administração no projeto. Sharon agradeceu a fala da presidência. O conselho aprovou por unanimidade o afastamento da servidora. Sobre o **Orçamento** do ano vigente, foi explicitado que depois do Conselho ter deliberado sobre a orientação de recursos para a instalação de aparelhos de ar condicionado, ocorreram problemas elétricos no campus, com curtos circuitos e inclusive incêndio no bloco térreo, onde estudos técnicos concluíram que a rede elétrica do campus estaria subdimensionada em seu projeto inicial, não sendo possível cobrar a construtora sobre o assunto. Sendo assim, a compra imediata de aparelhos de ar condicionado seria inviável. A readequação da rede elétrica, estimada de cinquenta a setenta mil reais, seria pleiteada primeiramente junto à reitoria, e o orçamento outrora aprovado seria mantido. Todavia, caso a reitoria não pudesse auxiliar com a demanda, foi sugerido que a compra de aparelhos ficasse para o final do ano em propostas de recursos extra orçamentário ou ainda para o próximo ano, não sendo vista outra alternativa que não a de disponibilizar os recursos reservados para a readequação da rede elétrica do campus. Gilson ressaltou a necessidade de composição de uma brigada de incêndio, sendo orientado que a readequação do projeto elétrico junto ao corpo de bombeiros estaria relacionada a essa questão, e que o curso de brigadista já havia sido solicitado à reitoria em formato *in company*. Fernando aproveitou a ocasião para sugerir que o campus trabalhasse melhor suas questões de acessibilidade, pontuando sobre o acesso aos banheiros e instalação de corrimão no trajeto tenda-bloco educacional, demanda que seria encaminhada à CAP. Os conselheiros aprovaram por unanimidade o remanejamento necessário para a readequação das instalações elétricas do campus. A relatora Alexandra, apresentou relatório anexo a esta ata sobre a adoção de **Critérios para Seleção de Bolsistas**, resultando nas conclusões de que a pauta não seria legítima por não estar nas competências deliberativas do CONCAM, e ferir a autonomia docente. O relatório apresentava ainda como propostas estabelecer instâncias de diálogo entre docentes e discentes para esclarecimentos e que a questão seria mais passível de estudos do que normatizações, votando a rejeição da proposta e retirada de pauta da proposta. Gilson destacou que o relatório estava interessante, mas que a classe discente continuava com as ressalvas de já saberem quais alunos seriam selecionados nos Editais, mesmo posicionando contrário à apreciação dessa pauta, demonstrou necessidade de evidenciar a rejeição entre seu segmento sobre a questão, pontuando discrepâncias, mencionando a produção de bolões para acerto de possíveis selecionados, e que a insatisfação poderia gerar uma série de outros acontecimentos, tais como o abandono acadêmico, e que a demanda poderia sim gerar uma auto reflexão sobre o assunto. Yuri sugeriu que os discentes boicotassem os professores que agissem dessa forma. Jakeline justificou seu posicionamento que iria a favor do apresentado pelo relatório, comentando que os argumentos técnicos apresentados pelos docentes eram muito sólidos e que essa insatisfação poderia também ser motivo de oportunidades aos alunos que poderiam buscar outras alternativas para realizarem suas conquistas, colocando que sua própria trajetória evidenciava essa busca, no sentido de criar suas próprias oportunidades. Alexandra reiterou que os docentes apresentaram diversos argumentos, e que o bolão era um indicativo imaturo sem sustentação, até mesmo agressivo à classe docente, ao passo que poderia demonstrar algo que não reflete o compromisso que os professores e professoras teriam com o ensino, pesquisa e extensão, situações estas que derivaram no posicionamento unânime de sua classe, pontuando ainda a necessidade da criação de canais pedagógicos de diálogo entre alunos e professores, mostrando-se favorável a retirar o assunto de pauta. Gilson reiterou que aquele não era seu posicionamento, mas que via como obrigação apresentar a demanda dos estudantes junto ao Conselho. Patrícia, salientou que um dos maiores empecilhos seria justamente que a quantidade de valores e bolsas não atenderiam a demanda basicamente em nenhuma instituição. Gilson colocou que a questão fora introduzida no sentido de poder

melhorar ou não a situação, e que a discussão não se pautava se os docentes estavam certos ou errados. Christiann entende que a questão foi trazida para dar voz às minorias, sendo o CONCAM um desses caminhos de diálogos entre as categorias, e que diversas informações acerca da questão não seriam obtidas se o assunto não fosse ponto de pauta, reiterando que o CONCAM não negava pautas, e que apenas alguns assuntos seriam direcionados naturalmente para outros caminhos passíveis de solução mais eficiente, esclarecendo ainda que os próprios conselheiros poderiam convocar o Conselho para propor pautas. Sobre a pauta não ter legitimidade, entende que seria legítima no sentido que, mesmo sendo assunto de deliberação de instâncias superiores, ainda assim, seria necessário o apontamento da demanda via Conselho local como demanda do campus. Yuri comentou sobre conversar com outros campus, para saber se essa era uma demanda geral para que fosse introduzida junto ao CONSUP. Christiann comentou inclusive que o Consup seria o órgão responsável pela proposição dos valores das bolsas, e que havia proposto via Conselho dos Diretores a diferenciação de valores para ensino médio/superior. Alexandra comentou que a proposição de uma normatização no próprio campus tornava a pauta ilegítima, e questionou como os alunos se organizaram para fazer esse pedido de pauta, sendo esclarecida que ela fora apresentada à Direção-Geral e introduzida pelo presidente na pauta do dia. Assim sendo, nove conselheiros presentes votaram favoráveis à retirada de pauta e um se absteve. Sobre a **Regulamentação para realização de Eventos**, foi direcionado que Jakeline, Gabriel Paiva, Felipe, Centros Acadêmicos, Atlética e Grêmios formariam um grupo de trabalho para discussão e apresentação do tema ao colegiado, e que o professor Felipe seria o relator da demanda. Sobre a reformulação do **regimento interno do CONCAM** em assuntos correlatos às pautas, Yuri comentou que os próprios conselheiros deveriam receber e propor pautas sendo legítimos representantes, e que a realização de uma pré-reunião sobre pautas recebidas poderia beneficiar os trabalhos. Alexandra indicou que o regimento poderia ser reescrito, melhorado em seu texto as atribuições dos conselheiros em relação a apreciação de pautas. Jakeline posicionou-se a favor de regular a introdução de pautas, porque não se sentir livre em ser filtro dos assuntos segundo seus próprios julgamentos e critérios, inclusive se prontificou em fazer parte e ser relatora de um grupo que se organizasse para revisão do regimento. Gilson ponderou ser complicado delimitar sobre quem poderia colocar ou não pautas, entendendo que a sugestão de pautas deveria ser o mais livre possível. Felipe se mostrou a favor sobre deliberações prévias antes do início da reunião. Patrícia ressaltou que existe muita confusão entre o público e o privado, sendo essa fronteira muito tênue, e que o CONCAM deveria servir ao interesse público, e que esse filtro de pautas seria importante. O Presidente salientou que a solução do voto poderia sempre ser utilizada para encerrar assuntos. Gilson reiterou que não gostaria de perder autonomia e seu direito de colocar pautas, cabendo sempre em última análise ao Conselho decidir se os assuntos tinham mérito ou não. Jakeline destacou que o objetivo seria buscar algo que facilitasse o trabalho do colegiado, pautando matérias que deveriam utilizar outras instâncias e triagens. Fernando comentou sobre a necessidade das pautas terem ou não necessidade de documentos e justificativas. Yuri ponderou ser interessante delimitar as reais competências do CONCAM. Christiann ilustrou a questão da grandeza do universo de pautas, comentando que por decisão da Direção-Geral, pautas de afastamento temporário de técnicos administrativos eram enviadas justamente ao Conselho para que fossem evitados quaisquer movimentos de pessoalidade. Alexandra deixou claro que uma possível normatização não viria no sentido de cercar direitos, mas que seria uma ação educativa, apontando com maior clareza os trâmites para sugestão de pautas. Assim sendo, foi realizada uma primeira votação sobre deixar o regimento sem alterações, sendo três conselheiros favoráveis, seis contrários e uma abstenção. Em segunda votação, a proposta de criação de um grupo de trabalho para debate da questão foi aprovada por nove conselheiros favoráveis e uma abstenção. Voluntariaram-se para o grupo de trabalho Jakeline (relatora), Alexandra, Felipe, Fernando, Yuri e Gilson. O próximo ponto abordado foi apresentado pela conselheira Jakeline, relatando que um aluno do campus teria sido **mordido pelo cão “Max”**, atualmente residente nas dependências do campus, que recebe cuidados de uma parte da comunidade acadêmica, comentou ainda que a vítima não verificava problema na continuidade do cão na unidade, desde que confirmado suas condições de vacina e controle de zoonoses, Jakeline ainda posicionou-se a favor da retirada de quaisquer animais de estimação no âmbito do campus para que fossem evitados problemas. O conselheiro Felipe relatou já ter recebido um rosnado do cachorro. Yuri acha um absurdo proibir um cachorro, uma vez sendo o campus basicamente uma praça pública, e que sejam garantidas as condições de zoonoses básicas. Christiann comentou a existência de um grupo de voluntários que cuida do cachorro, a existência de uma questão de interesse administrativo que o cachorro presta apoio à guarda

indicando possíveis invasões de propriedade, questões pedagógicas envolvendo a existência do cão e também condições técnicas de manejo, sendo notório que o cachorro é bem cuidado. Jakeline pontuou que a questão é de saúde pública, e ponderou sobre possíveis problemas jurídicos para o campus caso alguém seja ferido pelo cão, problematizando ainda se mais cachorros quiserem entrar, sendo um permitido, porque não outros. Yuri entende que enquanto existir uma ONG cuidando do cão, a não ser que ocorram problemas de violência, a situação poderia ser mantida. Gilson perguntou se o dono do prédio seria o responsável. Fernando concorda com Jakeline, que o cachorro seria uma questão de saúde pública, e que o Max seria uma responsabilidade do campus. Christiann comentou que em Sertãozinho foi necessária uma maior intervenção, pela existência de muitos cães, mas que o conselho estaria abordando casos pontuais, e que considerando a questão da responsabilidade, assumiria o risco de manter o cão na unidade, mas que respeitaria qualquer posição do Conselho. Yuri fez um adendo de que o Conselho estaria comprando uma briga política que não conseguiria levar adiante por problemas extremos, entende ainda que o cão preveniria o aparecimento de outros cães. Miguel, noticiou que o Rotary poderia vacinar o cachorro no dia vinte e um de outubro, em postos espalhados para a cidade, após sua ponderação, o mesmo se retirou da reunião, reduzindo o grupo a nove votantes. Christiann solicitou que fosse registrado em ata votos de congratulações à presidência do Rotary, pelos serviços prestados a toda a comunidade. Marcela ponderou ser necessário averiguar o que de fato aconteceu no episódio da mordida. Jakeline comentou que segundo suas informações, o cachorro já havia corrido atrás de pessoas e motoqueiros, e que seria o primeiro caso de uma mordida. Christiann relatou entender que, até o momento, o caso seria ainda administrável, que a mordida foi um caso pontual, e que acatará o que o conselho decidir, sugerindo que novos fatos fossem sejam trazidos ao colegiado para tomadas de decisões mais sérias. Votando sobre a permanência do cão na unidade sete conselheiros demonstraram-se favoráveis e dois se abstiveram. Nos informes finais, o presidente registrou a doação de materiais por parte da prefeitura para abrigos dos carros que possibilitarão a futura instalação das usinas de biodiesel nas dependências da atual garagem. As próximas reuniões ficariam pré-agendadas para três de outubro, oito de novembro e cinco de dezembro. Já estariam registradas inclusões de novas pautas, tais como a licença para qualificação da servidora Jakeline, a normatização para cessão de equipamentos de imagem e som e a tabela de pontuação e horários da CAAD, neste ponto específico, foi sugerido pela professora Alexandra que a demanda de correções do documento retornasse à apreciação dos docentes. O presidente registrou ainda a realização da Feira de Economia Solidária, organizada pela Profa. Dra. Alexandra Filipak, parabenizando todos os envolvidos na promoção do evento. Não havendo mais nada a tratar, o presidente agradeceu as discussões de alto nível demonstrando todo seu apreço pela participação dos(as) conselheiros(as) encerrando a reunião às vinte horas e trinta minutos. Eu, Marcos Gabriel Bassoli, secretário do colegiado, lavrei a presente ata pela qual dou fé e subscrevo por estar presente na reunião.

Christiann Davis Tosta
Presidente do CONCAM Matão

Marcos Gabriel Bassoli
Secretário CONCAM Matão

CONSELHO DE CAMPUS – IFSP MATÃO
RELATORIA MATÉRIA EDITAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RELATORES: Alexandra Filipak, Gil Fortunato, Yuri Araújo e Gabriel Paiva

Sumário:

1. Apresentação do Assunto
2. Metodologia de Consulta à Comunidade IFSP Matão
3. Resumos dos Resultados da Consulta por Segmento
4. Análise e Proposta

1. APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO:

O presidente do Concam inseriu o tema na pauta da reunião de 3 de maio de 2018. Segundo relato apresentado, o tema foi colocado em pauta pois os alunos dirigiram reclamações ao diretor sobre as seleções que são feitas por meio de editais afirmando que são poucos alunos contemplados.

Diante da questão, a proposta levantada contempla a elaboração de uma norma que reja a seleções de bolsistas nos editais de ensino, pesquisa e extensão no que se refere aos critérios destinados à delinear o perfil do aluno bolsista; criar um quadro contendo requisitos objetivos e pontuação a ser utilizada por todos os editais.

Como encaminhamento a Relatoria se propôs a realizar uma consulta sobre o tema nos três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, alunos e técnicos. Essa consulta teve como objetivo saber as diferentes opiniões e posicionamentos e chegar num consenso possível sobre o assunto; após a consulta, representar, através do voto de conselheiro relator, no Concam, a reflexão realizada nas consultas; e por último, deliberar de forma democrática entendendo que o Concam é o órgão máximo de decisões no Campus ao que é atribuído à essa instância.

2. METODOLOGIA DE CONSULTA À COMUNIDADE IFSP MATÃO

O grupo de trabalho que se prontificou à relatoria da pauta que se apresenta reuniu-se, logo após a apresentação da temática na Reunião Ordinária do Concam e se organizou da seguinte forma: a relatoria representante dos docentes se propôs em fazer a consulta aos mesmos numa reunião de pedagógica onde a maioria significativa estivesse presente; o relator representante dos técnicos-administrativos se propôs também a utilizar a reunião de trabalho dos mesmos e propor, em forma de pauta, essa consulta. E o representante dos alunos se propôs a fazer uma consulta virtual aos mesmos sobre o tema. Dessa forma, a metodologia de consulta foi qualitativa, apresentando dados quantitativos relativos à quantidade de representantes dos segmentos consultados.

Os relatores apresentam, nesse relatório, a síntese dos questionamentos e proposições obtidos de acordo com a metodologia aplicada. Também foi proposta a consulta aos conselhos de pesquisa e extensão do campus.

O encaminhamento a partir das consultas e diante da questão levantada, e que os segmentos deveriam responder, centra-se na pergunta “essa regra deve ser criada”? A consulta pretende orientar, portanto: se sim, como deve ser o procedimento e sob quais parâmetros. Se não houver consenso em sua criação, e o indicativo em sua maioria, for negativo, se deve ser rejeitada pelo Concam e retirada de pauta.

3. RESUMO DOS RESULTADOS DA CONSULTA POR SEGMENTO

3.1 Segmento dos Docentes:

A consulta foi realizada no dia 23 de maio de 2018, quarta-feira, na reunião pedagógica dos docentes, das 13:30 às 14:00, com pauta solicitada anteriormente e cedida pela Direção Educacional, onde estiveram presentes 55 dos 66 docentes do campus.

Na reunião com os docentes foi apresentada a questão pela relatora. Após a explanação, foi realizado um amplo debate em torno da proposta considerando as seguintes questões:

- Uma regra única para os editais resolve o problema colocado pelos alunos?
- A proposta de se criar um quadro com requisitos objetivos e pontuação que serviria para todos os editais é coerente com a autonomia docente?
- Editais de Ensino, Pesquisa e Extensão devem cumprir o papel socioassistencial ou de oportunidade de qualificação para os estudantes? A proposta está confundindo bolsa de assistência social com bolsa de qualificação na formação profissional?

- Se as oportunidades de pesquisa e extensão estão sob coordenação dos professores, esses não podem/devem escolher o perfil do bolsista com quem vão trabalhar?

Vários docentes se manifestaram, solicitando a fala e argumentando publicamente em torno da questão.

Todos os docentes, sem exceção, que se manifestaram, se posicionaram contrários à proposta de normatização do perfil dos editais de ensino, pesquisa e extensão. Os argumentos mais apresentados nesses posicionamentos, que de alguma forma geraram concordância geral ou se repetiram nas falas foram:

- A proposta fere a autonomia docente e cria um parâmetro que desestimula a atuação docente em pesquisa e extensão uma vez que limita a construção de perfis específicos para temas específicos. Alguns docentes expressaram que se essa norma for criada, não se propõe mais a trabalhar com extensão ou orientar pesquisa; esse posicionamento demonstra que a normatização generalista proposta é um instrumento de desestímulo da busca por excelência nos três pilares de atuação dos docentes no IFSP: além do ensino, a pesquisa e a extensão;
- Outra argumentação em torno do tema foi a afirmação que as bolsas, em especial de pesquisa e extensão, têm um caráter pedagógico, científico, técnico na formação integral e profissional dos alunos, além de serem extremamente importantes no desenvolvimento científico e tecnológico do IFSP e no compromisso de retorno à sociedade desse conhecimento desenvolvido, missão essa presente nos documentos institucionais. Essas bolsas são a síntese de uma complexidade de relações entre docentes, alunos, técnicos, busca de conhecimentos, caminhada e aprendizados já adquiridos e perfis específicos. Não há, em hipótese alguma, como desconsiderar isso, e generalizar a questão do acesso;
- A proposta confunde a especificidade das bolsas de pesquisa e extensão com a especificidade das bolsas de auxílio socioassistencial. Os docentes argumentaram que não há como manter uma qualidade de ensino, pesquisa e extensão se se substituir a falta de recursos das bolsas de auxílio assistencial pelos recursos da pesquisa e extensão, utilizando os mesmos critérios com o objetivo assistencial. A pesquisa e a extensão são voltadas a trabalhos técnicos específicos. Por isso devem trazer os critérios exigidos (de acordo com cada projeto) para o/a candidato/a poder participar.

- No nosso PDI podemos identificar a seguinte citação: “como instituição educativa, o IFSP deve ter autonomia para estabelecer o seu projeto e para executá-lo e avaliá-lo. A autonomia e a gestão democrática fazem parte da própria natureza do ato pedagógico e devem transparecer em seu projeto político-pedagógico. Daí a importância e a necessidade de construir relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação. (PDI, 2014 – 2018) Nessa perspectiva, não haveria diálogo e participação se as regras de uma parte tão importante do IFSP, a participação dos alunos na pesquisa e a extensão, fossem já predefinidas.
- Por último foi percebido que a **instituição pública** é uma conquista da comunidade e não somente como um aparelho burocrático e ideológico do Estado. Por isso, é essencial que aqueles que atuam nesta comunidade educativa reafirmem sua missão de representar os interesses da coletividade. Esse raciocínio respalda a discussão sobre a identidade do IFSP como canal de construção de diálogos e compromisso com a educação pública, gratuita, e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação da realidade (PDI 2014 – 2018) Os docentes se comprometem com essa perspectiva e as especificidades de perfis para alunos se tornarem bolsistas e orientados desses docentes, não fere, de forma alguma essa percepção e condição legal no serviço público.

Em função da discussão foi levantado o que os docentes deveriam apontar para uma orientação à decisão do Concam.

Dessa forma, em argumentação e em votação, os docentes decidiram por **unanimidade** a rejeição da proposta. Como a votação foi unânime, foi realizado o pedido de registro dessa unanimidade e a solicitação, por parte dos docentes, para que o assunto seja retirado de pauta do Concam, tendo em vista a sua inviabilidade, o seu potencial negativo nas ações de pesquisa, ensino e extensão do Campus já apresentado nos argumentos. Dos 66 docentes do Campus Matão, estiveram presentes na reunião 55 docentes, o que representa 83,3% do segmento. Dos presentes, 100% votaram pela rejeição da proposta e retirada da questão da pauta do Concam.

Os docentes também solicitaram os esclarecimentos sobre como são compostas as pautas do Concam, atribuindo e levantando a falta de representatividade e força dessa pauta em questão para ter tomado tanto tempo e trabalho, tanto dos docentes quanto dos conselheiros do Concam. A pergunta que foi feita foi a seguinte: A visão de senso comum, sem argumentação, maturidade e materialidade, expressa nas reclamações de alguns poucos

alunos, tem força suficiente para virar pauta do Concam?? Como esse procedimento ocorreu? E foi solicitado, assim, que o Concam revisse a regulamentação da formação das pautas, o que os conselheiros se propuseram a apresentar nas reuniões vindouras e apresentar, posteriormente, um posicionamento aos docentes.

3.2 Conselho de Extensão:

A representante do Conselho de Extensão do Campus Matão procedeu uma consulta à Pró-Reitoria de Extensão do IFSP sobre a legitimidade do campus em criar uma normativa para estabelecer esses critérios de seleção de alunos bolsistas de ensino, pesquisa e extensão, pauta dessa matéria.

A resposta veio da Diretora de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão do IFSP, Fernanda Sorrentino Atanes, transcrita a seguir. Nas palavras dela:

Teve uma reunião do conselho superior que atribuiu às Pró-Reitorias (de Ensino, Pesquisa e Extensão) a competência de regulamentar as bolsas tanto de ensino, quanto de pesquisa e de extensão. O entendimento é de que **não é incumbência do campus normatizar no sentido de limitar ou definir perfil em qualquer uma das três bolsas**. Qual seria o correto? Em relação aos assuntos que são de competência do CONSUP, o Concam ele tem apenas caráter consultivo. Então qual seria o caminho? Caso essa demanda fosse uma demanda legítima do campus, que representasse a vontade da maioria da instituição, deveria encaminhar essa demanda para o Consup, para ele repassar para os outros conselhos de ensino pesquisa e extensão no caso o Conex, Conen e Conpip. O Campus não tem essa prerrogativa já que ela é do Consup. É uma resolução anterior à gestão de 2012. **Dessa forma não é dado ao campus a prerrogativa de decidir ou normatizar os editais de Ensino, Pesquisa e Extensão.** (Fernanda Sorrentino Atanes, Diretora de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão do IFSP em consulta feita pelo conselho de Extensão do Campus Matão).

A partir dessa consulta o Conselho de Extensão do Campus Matão se opôs à proposta de normatizar os critérios de seleção dos editais de ensino, pesquisa e extensão do IFSP Campus Matão pelo caráter de não legitimidade e legalidade da proposta.

3.3 Segmento dos Técnico-Administrativos:

De acordo com o relator representante dos técnicos-administrativos, em reunião foi colocada a questão. Alguns técnicos-administrativos se manifestaram na tentativa de entender a questão. Outros argumentaram que seria importante ter uma rotatividade de alunos com oportunidade de se inserir na pesquisa e na extensão. Porém os técnicos-

administrativos decidiram estar de acordo com o posicionamento do Conselho de Extensão do Campus a partir da consulta à PRX, que foi exposto na ocasião, por considerar também que não é atribuição do Campus essa normatização proposta.

3.4 Segmento dos Discentes:

Foram consultados 50 alunos. Representa 7,6% do total de 658 alunos do Campus Matão.

Um consenso na consulta feita aos alunos é que o número de bolsas são insuficientes. Acreditam também que o valor das bolsas poderiam ser revistos.

Dos 50 alunos consultados:

- 5 alunos acreditam que a proposta deve ser refutada;
- 10 alunos acham que a proposta deve ser estudada por mais tempo para ser melhor compreendida e analisada;
- 15 alunos apresentam a proposta de um edital piloto que deve ser utilizado para ver a viabilidade da proposta.
- 18 alunos mostram-se insatisfeitos com o atual modelo porém não souberam opinar sobre a questão;
- 1 aluno sugere um sorteio entre os candidatos que tenham o requisito mínimo;
- 1 aluno sugere que a seleção deve ser feita por um Comitê.

4. ANÁLISE E PROPOSTA

De acordo com a consulta feita, essa relatoria faz a seguinte análise:

- 1) A proposta levantada é ilegítima pois não está dentro das atribuições do Campus. Também é ilegítima porque fere o princípio da autonomia docente, da democracia e do diálogo.
- 2) A Pesquisa e a Extensão devem ser valorizadas, assim como a confiança, respeito ao trabalho dos docentes nessas áreas de atuação. Os docentes no campus Matão realizam trabalhos de pesquisa e extensão com excelência, reconhecidos externamente e as escolhas teóricas e técnicas das mesmas devem ser compreendidas e valorizadas, através do diálogo e da participação.
- 3) Assim, uma proposta para a gestão seja criar instrumentos pedagógicos de participação e diálogo entre docentes e alunos para esclarecimento de dúvidas com

relação aos editais e às escolhas de perfis para os trabalhos a serem desenvolvidos. Isso seria uma ação com intencionalidade pedagógica e não uma ação restritiva como a que foi levantada.

- 4) Analisando a consulta feita aos alunos, apesar do número de consultados ser considerado irrelevante diante da totalidade de alunos no Campus, ainda assim as respostas apontam mais para um estudo da questão do que de fato a normatização. Por isso reitero que a ação deve estar focada no diálogo e participação ao invés da proibição e restrição ou generalização.
- 5) Enfim, o voto dessa relatoria rejeita a proposta de normatizar critérios de seleção dos editais de ensino, pesquisa e extensão, propondo a retirada da mesma de pauta pela sua ilegitimidade, irregularidade e pelos argumentos já exaustivamente apresentados e sobretudo pela quase total unanimidade apresentada negando a proposta na consulta feita.

Alexandra Filipak, setembro de 2019.

